

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 48ª REUNIÃO**

Data: 27 de janeiro de 2006

Locais: Miniauditório da SRH, Brasília/DF.

PARTICIPANTES CTPOAR:

- Ministério das Cidades: Tatiana Benevides (tatiana.benevides@cities.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre Alvin de Castro (mitre@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)
- Ministério da Saúde: Fuad Moura Guimarães Braga (fuad.Braga@funasa.gov.br)
- Conselhos Estaduais MG/ES: Maria Luiza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais CE/BA: Altamirano Vaz Lordêllo Neto (alordelo@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais PB/PE: ausente
- Conselhos Estaduais RN/AL: ausente
- Conselhos Estaduais PI/SE: ausente
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira – (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Marco Antonio Ramos Caminha (mcaminha@fiesp.org.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: José Nicodemos Silva (jnicodemos123@bol.com.br)
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (proverde@terra.com.br)

CONVIDADOS:

- Carlos Eduardo Nascimento Alencastre – DAEE/SP – (comitepardo@serhs.sp.gov.br)
- Célia Regina Buono Paus Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesb.sp.gov.br)
- Diógenes Mortari – ADASA/DF – (diogenes.mortari@adasa.df.gov.br)
- Gilberto Gonzaga – ABINAM/DF – (ggonzaga@terra.com.br)
- Gustavo Faleiros – PATRI/DF – (gustavo.faleiros@patri.com.br)
- Ivo Luís Ferreira Macina – IEMA/ES – (imacina@iema.es.gov.br)
- Marina G. B. Scalón – MME/DF – (marina.scalon@mma.gov.br)
- Rodrigo Laborne Mattioli – SRH/MMA/DF – (rodrigo.mattioli@mma.gov.br)
- Zoltan Romero C. Rodrigues – SRH/BA – (zoltan@srh.ba.gov.br)

RELATORIA CTPOAR:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10h02 do dia 27 de janeiro do ano de dois mil e seis, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 48ª Reunião da Câmara Técnica de

51 Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do
52 Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente da CTPOAR agradeceu a
53 presença, e solicitou a apresentação dos presentes. *Item 2 - Aprovação das Atas da 47ª*
54 *Reunião da CTPOAR.* A ata foi aprovada sem modificações. *Item 3 – Relato sobre os*
55 *encaminhamentos referentes à Proposta de Resolução que estabelece diretrizes para a*
56 *integração dos procedimentos de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos*
57 *com os de licenciamento ambiental.* A Sra. Leila (CERH/SP) informou que na XIV Reunião
58 Ordinária do CNRH, após a apreciação das justificativas dos pedidos de vista a plenária
59 acordou pelo encaminhamento da proposta de resolução às câmaras técnicas envolvidas para
60 o aprimoramento do texto diante das sugestões apresentadas na plenária, desta forma
61 justificando o retorno do assunto a esta CT. Aproveitou para informar que em novembro (XVI
62 Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos - João Pessoa - ABRH), ocorreram conversas com
63 a ANA (Srs. Leonardo Mitre, Francisco Viana e Oscar Cordeiro), a CNI (Sras. Patrícia Bóson
64 e Cristina Yuan), o CERH-Bahia (Sr. Altamirano) e o CERH-São Paulo (Sra. Leila), no
65 sentido de tentar ajustar o texto da proposta de resolução, as pendências relativas às
66 manifestações (pedidos de vista) da CNI e CERH-Bahia na XIII reunião do CNRH.
67 Comentou que a problemática estaria na etapa de manifestação prévia que não está sendo
68 aceita pelo setor usuário Indústria, mesmo após demonstração a eles da existência desta etapa
69 em outras resoluções do CNRH. Nesse momento aproveitou-se para ler as propostas
70 apresentadas pela Sra. Patrícia, no evento da ABRH (Anexo I – Sugestões Patrícia). O Sr.
71 Zoltan (SRH/BA) solicitou esclarecimentos sobre a definição de manifestação prévia. Assim a
72 Sra. Leila (CERH/SP) leu a definição existente na Resolução CNRH nº 29 e adicionou que
73 seria a saída encontrada para o período de pré-viabilidade dos projetos, tendo caráter de
74 planejamento de uso dos Recursos Hídricos. A Sra. Maria Luíza (IGAM/MG) comentou sobre
75 os procedimentos existentes no Estado de MG, a partir da situação de balcão único, onde não
76 existe a figura de manifestação prévia, mas um formulário que gera as obrigações do que seria
77 necessário para um parecer, que não garante a vazão e não seria um ato administrativo
78 publicado. Ressaltou a possibilidade de diálogo com o empreendedor durante esta fase. O Sr.
79 Leonardo (ANA), explicou que o nome manifestação prévia seria uma referência genérica,
80 que a redação tentaria explicitar esta característica e que não possuía caráter obrigatório. O Sr.
81 Erivelto (Prestadores) informou que no Estado do PR o nome utilizado para esse ato
82 administrativo seria anuência prévia. O Sr. Helder (MME) lembrou que a iniciativa de
83 discutir o assunto foi do CONAMA e que em seguida foi tratado no CNRH, a pedido da
84 ANA, e este se mostrou mais maduro para o entendimento da questão, tendo a matéria um
85 andamento rápido, mas sugeriria a conclusão destas discussões na próxima reunião da
86 CTPOAR onde poderiam ser apresentadas todas as reflexões em aberto. Destacou que devido
87 à importância da matéria, nacionalmente, que seria necessária uma reflexão quanto a
88 estratégia de apresentar a matéria novamente ao CONAMA, considerando as características
89 que esta possui e que atinge os órgãos ambientais, disciplinados pelo CONAMA e não pelo
90 CNRH. Afirmou que no seu entendimento deveria ser aprovada uma “resolução espelho” no
91 CONAMA. O Sr. Leonardo (ANA) disse que a discussão sobre o envolvimento do
92 CONAMA já seria matéria vencida considerando o parecer da CONJUR do MMA que indica
93 que o assunto seria disciplinado pelo CNRH e que assim não considerava necessária o retorno
94 ao CONAMA. O Sr. Altamirano (CERH/BA) comentou o parecer jurídico, que indicaria que
95 a resolução não poderia ser conjunta, mas que acreditava na necessidade de uma resolução
96 espelho, que não invalidaria a resolução e disse que os órgãos de meio ambiente esperam que
97 o CONAMA se manifeste, no caso através da resolução espelho. O Sr. Helder (MME) sugeriu
98 que a discussão fosse levada a CTIL e que os membros do CONAMA que participam da
99 CTPOAR tentassem a elaboração e aprovação de uma resolução espelho. O Sr. Roberto
100 (SRH/MMA) disse que a origem do processo se deu no CONAMA, mas que na proposta não

são colocadas atribuições aos demais órgãos que não sejam de recursos hídricos e que duas resoluções não seriam necessárias considerando as diretrizes existentes na Resolução CONAMA nº 237/97. Lembrou que na época desta resolução (CONAMA 237) para as outorgas eram somente consideradas as quantidades de Recurso Hídrico, mas que atualmente, o aspecto qualitativo deve ser observado, necessitando assim ser tratada de forma articulada, conforme estaria apresentado na proposta de resolução. Enfatizou sua discordância quanto à resolução espelho por conta da Resolução 237 e da integração já existente dos sistemas. A Sra. Célia (SMA/SP) fez um histórico dos encaminhamentos da proposta de resolução no âmbito do CONAMA, primeiramente ressaltando que a CT de Qualidade Ambiental do CONAMA não apresentou objeções à proposta, somente colocando que o ideal seria a proposta conjunta dos dois Conselhos, mas que não poderia ser, conforme indicado no parecer da CONJUR/MMA. Em seguida encaminhada para a CTAJ que fez algumas observações no texto. Disse discordar da proposta dos Sr. Helder, principalmente por acreditar na integração dos sistemas, estando todo entendimento superado. A Sra. Andréa (MME) comentou que as discussões não estavam objetivas devendo continuar na próxima reunião especificamente para análise das modificações do texto. O Sr. Helder (MME) complementou sua proposta dizendo da necessidade do CONAMA tomar ciência da proposta e criar outro instrumento sobre o tema. O Sr. Marco (Indústria) comentou que pelo seu conhecimento, as propostas apresentadas pela Indústria já eram matéria de consenso e não sentia a vontade para discutilas, solicitando que continuassem na próxima reunião, com a presença das proponentes. O Sr. Altamirano (CERH/BA) reiterou sua preocupação quanto a validação da proposta de resolução junto os órgãos de meio ambiente. A Sra. Leila (CERH/SP) tentando encaminhar a matéria sugeriu que após a conclusão das análises das propostas enviadas, a problemática fosse apresentada a CTIL que faria os devidos ajustes e se considerasse pertinente o encaminhamento ao Departamento de Articulação Institucional – DAI/MMA com pedido de manifestação. O Sr. Helder (MME) disse que a proposta necessita de poucos ajustes em seu texto, mas devido a importância do tema, esta rogaria por um tratamento especial, sendo a sugestão a proposta espelho do CONAMA que orientaria os órgãos estaduais de meio ambiente. Pontuou que a resolução, sendo do CNRH, os órgãos ambientais poderiam não observá-la. O Sr. Altamirano (CERH/BA) e a Sra. Célia (SMA/SP) disseram não ser esse o problema, pois em outorgas de qualidade, os órgãos já estão entrando em entendimento para o trabalho associado, não carecendo desse detalhamento para os órgãos ambientais e que essa integração já seria obrigação considerando a gestão dos recursos. O Sr. Cláudio (ONGs) retornando as discussões técnicas disse não entender a manifestação prévia fora da outorga de direito de uso de recursos hídricos. A Sra. Leila (CERH/SP) comentou que não haveria instrumento mais poderoso de negociação que a manifestação prévia na gestão, quando se trata da Outorga. O Sr. Helder (MME) insistiu na necessidade de uma resolução espelho no CONAMA. Diante do impasse a Sra. Andréa (MME) disse que o caso deveria ser uma proposta de governo, e que assim os membros de governo deveriam sintonizar os discursos. O Sr. Roberto (SRH/MMA) concordou com a proposta de encaminhamento colocada pela Sra. Leila de encaminhar a resolução para conhecimento do CONAMA através do DAI, sendo um gesto de gentileza se a CTIL concordasse. A Sra. Leila (CERH/SP) solicitou que fossem encaminhadas aos membros da CTPOAR as sugestões apresentadas pela Sra. Patrícia Bóson, bem como a proposta elaborada pela ANA e CERH-SP, para apreciação na próxima reunião e um ofício específico para o órgão ambiental da Bahia, convidando-o para participar da próxima reunião, na tentativa que sejam minimizadas as dúvidas desse órgão quanto a integração. O Sr. Altamirano (CERH/BA) apoiou a proposta de envio do ofício à SEMARH da BA para que o representante apresentasse o posicionamento do Estado quanto ao assunto. A Sra. Célia (SMA/SP) sugeriu que todos os órgãos ambientais fossem convidados para a próxima reunião, bem como os participantes do GT Integração de Procedimentos, o que foi

151 acatado pelos membros. *Item 6 – 9ª Reunião do GT – PL 1616-Outorga.* A Sra. Leila
152 (CERH/SP), diante do adiantado da hora, questionou os membros da CTPOAR para a
153 discussão desse assunto na próxima reunião da CTPOAR, não mais em caráter de grupo e sim
154 no âmbito da CT, considerando que o trabalho em si a ser desenvolvido no texto, seria de
155 revisão e que os pontos polêmicos já estavam acordados, fora o art. 16 e aproveitou para
156 questionar a Sra. Andréa quanto o entendimento do mesmo. A Sra. Andréa (MME) informou
157 que para o art. 16 o entendimento do Ministério seria pela manutenção do texto apresentado
158 pela ANA, ou seja, citando a ANEEL como responsável pela solicitação da reserva de
159 disponibilidade hídrica. O Sr. Leonardo (ANA) informou que a ANA sugeriria a retirada da
160 proposta da ANA, referente ao § 4 do art. 25. O Sr. Altamirano (CERH/BA) sugeriu a
161 supressão do § 4 do art. 25, considerando que o texto não repassava responsabilidade alguma
162 ao usuário, perdendo assim sua função, o que foi acordado por todos. A Sra. Leila (CERH/SP)
163 solicitou que fizessem uma leitura geral do PL1616 e que a discussão continuasse na próxima
164 reunião. *Item 4 – Discussão sobre os temas a serem abordados na CTPOAR em 2006 – Plano
165 de Trabalho* Introduzindo o assunto a Sra. Leila (CERH/SP) comentou sobre os temas em
166 discussão na CTPOAR e que precisam ser concluídos em 2006, sendo: proposta de resolução
167 que estabelece diretrizes para a integração dos procedimentos de obtenção da outorga de
168 direito de uso de recursos hídricos com os do licenciamento ambiental; PL 1616, capítulos de
169 outorga e fiscalização e a proposta de resolução que tratará da outorga para águas minerais e a
170 integração dos procedimentos da área de recursos hídricos e de minerais. Relembrou os temas
171 discutidos em 2005, a partir de palestras proferidas, como: outorga de lançamento de efluentes
172 em recursos hídricos, e integração de procedimentos na gestão de recursos hídricos com a
173 saúde e o meio ambiente. Disse vislumbrar um terceiro tema além dos dois já apresentados,
174 sendo outorga para irrigação, precisando ser regulamentado por ser o maior usuário de água.
175 O Sr. Helder (MME) questionou o tema referente a saúde, até onde a área de recursos hídricos
176 irá diante da atuação da ANVISA e da FUNASA, órgãos responsáveis pela potabilidade.
177 Quanto ao tema outorga para irrigação sugeriu que fossem envolvidos com o tema o MAPA e
178 o MIn. Finalizando apresentou outro tema, no caso referindo a outorga para aquícultura,
179 necessariamente tema a ser discutido com a presença da SEAP. O Sr. Roberto (SRH/MMA)
180 apoiou o tema outorga de lançamento, lembrando que estaria somando a Lei de Saneamento,
181 além da necessidade de detalhamento sobre essa atividade. O Sr. Altamirano (CERH/BA)
182 disse que outorga de lançamento e de irrigação seriam temas importantes, mas que o
183 lançamento teria prioridade, diante da dificuldade que os órgãos possuem em enquadrar os
184 corpos d'água. A outorga de lançamento seria um problema latente, por isso devendo ter
185 prioridade, além das repercussões junto ao saneamento. A Sra. Maria Luíza (CERH/MG)
186 enfatizou a necessidade de conclusão dos trabalhos em andamento para na sequência discutir
187 a outorga de lançamento seguida da outorga para irrigação. O Sr. Leonardo (ANA) apoiou o
188 estudo do tema outorga de lançamento e lembrou da necessidade de se discutir e regulamentar
189 os parâmetros para vazões ecológicas e remanescentes. O Sr. Cláudio (ONGs) sugeriu que
190 fossem discutidas as temáticas referentes a dessalinização e fertirrigação (vinhoto). A Sra.
191 Andréa (MME) apoiou a proposta do Sr. Leonardo, devido a dificuldade que o setor de
192 hidrelétricas sofre e o que foi refletido no último leilão. Comentou que seriam definidos
193 valores distintos de vazão sanitária entre os órgãos de meio ambiente e de recursos hídricos,
194 necessitando de padronização, definição do órgão a deliberar e critérios e procedimentos.
195 Finalizando disse que nos projetos já observados, os valores definidos pelos órgãos de
196 recursos hídricos sempre perdem, sendo mantidos os valores dos órgãos de meio ambiente.
197 Finalizada a discussão, priorizou-se como tema a outorga de lançamento. *Item 5 – Assuntos
198 Gerais.* A Sra. Leila (CERH/SP) informou sobre a conclusão de seu mandato e que na
199 próxima reunião haveria eleição para a presidência da CTPOAR e que seria salutar a
200 apresentação de novos candidatos, pelo aspecto saudável que há na renovação. Parabenizou os

técnicos que elaboraram a primeira minuta referente a outorga de direito de uso de recursos hídricos para águas minerais e informou sobre a publicação da lei de cobrança para o estado de São Paulo. O Sr. Altamirano (CERH/BA) aproveitou para informar a publicação da lei que regulamenta os comitês e a cobrança na Bahia. A 48ª Reunião foi encerrada às 12h30, sendo ratificada a data da próxima reunião da CTPOAR para os dias 16 e 17 de fevereiro, em Brasília.

Ata aprovada na 49ª reunião, realizada em 16 de fevereiro de 2006.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora da CTPOAR